



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)

Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill, Tamires Xavier Soares, Micaele Irene Scheer

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Sapateiro Volcei da Rosa.
Autor: Vinícius Kusma.

Pareceristas ad hoc:

Alisson Droppa (UNICAMP) | Ana Sosa González (UFPe) | Ariel Salvador Roja Fagundez (IFSul) | Caiuá Al-Alam (UNIPAMPA) | Carlos Eduardo Piassini (Colégio Riachuelo – Santa Maria/RS) | Clarice Speranza (UFRGS) | Charles Pennaforte (UFPe) | Eduardo Palermo

(Centro Universitário Rivera) | Éverton Quevedo (CESUCA) | Frederico Duarte Bartz (UFRGS) | Jonas Vargas (UFPe) | Lisiane Manke (UFPe) | Márcia Espig (UFPe) | Marilis Almeida (UFPe) | Melina Perusatto (UFRGS) | Olíveia Nery (UFPe) | Rodrigo Weimer (UFRGS – FEE) | Tatiane Bartmann (UFRGS) | Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2022/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPe/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* obra publicada em julho de 2022.



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente) / Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v. 27, n. 2, jul. 2022. - Pelotas: UFPel/NDH, 2022 – 193 p. ; 1,9 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Trabalhadores 3. História do Trabalho

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO INTRODUCTION <i>Lorena Almeida Gill Tamires Xavier Soares Micaele Irene Scheer</i>	7
DOSSIÊ: TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO PASSADO E NO PRESENTE		
	COMBATE À CARESTIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA: JORNAL O EXEMPLO (PORTO ALEGRE, 1917-1919) FIGHTING FAMINE IN THE PAGES OF THE BLACK PRESS: NEWSPAPER <i>O EXEMPLO</i> (PORTO ALEGRE, 1917-1919) <i>Liana Severo Ribeiro</i>	9
	TRABALHADORES E REPRESSÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM ALEGRETE/RS WORKERS AND REPRESSION IN THE POST-ABOLITION IN ALEGRETE/RS <i>Guilherme Vargas Pedroso</i>	24
	TRABALHADORES NEGROS CRIAM UNIÃO FAMILIAR: REVIVENDO O MAIS ANTIGO CLUBE SOCIAL NEGRO DE SANTA MARIA/RS BLACK WORKERS CREATE <i>UNIÃO</i> FAMILIAR: RELIVING ON THE OLDEST BLACK SOCIAL CLUB IN SANTA MARIA/RS <i>Franciele Rocha de Oliveira</i>	42
	“MAÇAROCA” DESIGUAL: A LUTA DAS TECELÃS DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE PELA REMUNERAÇÃO ESTABELECIDADA POR LEI NA DÉCADA DE 1940 UNEQUAL “MAÇAROCA”: THE STRUGGLE OF THE WEAVERS OF COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE FOR THE REMUNERATION ESTABLISHED BY LAW IN THE 1940S <i>Taiane Mendes Taborda</i>	69
	TRABALHO NAS FAZENDAS DE CACAU: NA COSTA DO OURO (GANA) E NO SUL DA BAHIA (1920-1945) WORK ON COCOA FARMS: IN THE GOLD COAST (GHANA) AND IN THE SOUTH OF BAHIA (1920-1945) <i>Luciane Aparecida Goulart</i> <i>Flávio Gonçalves dos Santos</i>	86

- "MINHA GENTE, VAMOS TODOS RECLAMAR": AS DEMANDAS DA CLASSE
TRABALHADORA DE FLORIANÓPOLIS EM *A VERDADE* (1952-1960)**
"MY PEOPLE, LET'S ALL COMPLAIN": THE DEMANDS OF THE WORKING CLASS OF
FLORIANÓPOLIS IN *A VERDADE* (1952-1960)
Jéssica Duarte de Souza **110**

ARTIGOS LIVRES

- AS MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM SUAS
CHEGADAS E PRIMEIROS TEMPOS EM TERRAS PARAGUAIAS**
THE MEMORIES AND SOCIABILITIES OF BRAZILIAN IMMIGRANTS IN THEIR
ARRIVALS AND EARLY DAYS IN PARAGUAYAN LANDS
Vanucia Gnoatto **136**

- SAÚDE E GÊNERO: O ENFRENTAMENTO CIDADINO EM PORTUGAL ÀS
EPIDEMIAS NA ERA MODERNA LUSITANA E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO DA
MULHER**
HEALTH AND GENDER: THE CITIZEN ADDRESS IN PORTUGAL TO EPIDEMICS IN
THE MODERN LUSITANIAN ERA AND THE REPRESENTATION OF THE WOMAN'S
BODY
Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati **155**

- O SISTEMA DO PADROADO NA COMARCA DO SERRO DO FRIO: A ATUAÇÃO DO
PADRE SIMÃO PACHECO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DA VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776**
THE PATRONAGE SYSTEM IN THE SERRO DO FRIO COUNTY: THE PERFORMANCE
OF FATHER SIMÃO PACHECO IN THE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OF THE
VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776
Danilo Arnaldo Briskievicz **171**

TRABALHADORES NEGROS CRIAM UNIÃO FAMILIAR: REVIVENDO O MAIS ANTIGO CLUBE SOCIAL NEGRO DE SANTA MARIA/RS

BLACK WORKERS CREATE *UNIÃO* FAMILIAR: RELIVING ON THE OLDEST BLACK SOCIAL CLUB IN SANTA
MARIA/RS

*Franciele Rocha de Oliveira*¹

Resumo: Este artigo atualiza os estudos acerca do Clube União Familiar, o clube social negro, mais antigo de Santa Maria/RS, fundado em 1896. O texto apresenta um perfil social inédito de sua diretoria, entre os anos 1920 e 1921, com base no cruzamento de fontes diversas, tendo como principal aporte teórico-metodológico a micro-história e o método onomástico. O acompanhamento das trajetórias de seus diretores permitiu identificar suas famílias, bem como suas práticas associativas e atividades sócio-profissionais. Analisando registros diversos, tais como as fontes paroquiais, civis-cartoriais, documentos judiciais, documentos da escravidão, registros da intendência municipal e fontes da imprensa negra, foi possível tecer importantes conclusões acerca dos trabalhadores negros e suas famílias, que viram em União Familiar uma forma de agência e sustentação de seus projetos de vida.

Palavras-chave: União Familiar; Santa Maria; Clubes Sociais Negros; Pós-Abolição; Famílias negras.

Abstract: This article updates the studies about the *União Familiar* Club, the oldest black social club in Santa Maria/RS, founded in 1896. The text presents an unprecedented social profile of its board between the years 1920 and 1921, based on the crossing of numerous sources, having as main theoretical-methodological contribution the micro-history and the onomastic method. The accompaniment of its directors trajectories made possible to identify their families, as well as their associative practices and socio-professional activities. By the analysis of different records, such as parochial sources, civil-notary sources, judicial documents, slavery documents, municipal intendancy records and black press sources, it was possible to draw important conclusions about black workers and their families, who saw in *União Familiar* a form of agency and support of their life projects.

Keywords: *União Familiar*; *Santa Maria*; Black Social Clubs; Post-Abolition; Black families.

Introdução

Em fins do século XIX, no ano de 1896, Santa Maria da Boca do Monte, localizada no coração do Rio Grande do Sul, recebia a fundação de mais uma organização social. Na verdade, tratava-se daquele que tem sido considerado o mais antigo Clube Social Negro da cidade que os pesquisadores têm registro. Nascia, então, a Sociedade União Familiar.

Naquele mesmo ano, o jornal *O Combatente* informava, entre as diversas notas da sessão *Varias*, no dia 15 de março, que: “acaba de ser fundada nesta cidade, sob a

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. franciele.r.oliveira@gmail.com

denominação de << União Familiar >>, uma *sociedade de baile*, composta de *homens de cor*².

Ironicamente, o anúncio da fundação daquele clube social negro era feito por um dos veículos da elite santa-mariense, ligado ao Clube Caixeiral, que, justamente, constituía-se enquanto um dos espaços onde negros e negras eram proibidos de frequentar³.

A pequena nota publicada expunha, minimamente, a linguagem utilizada pela elite local para informar sobre tal clube naquele período. Através dela, ficamos sabendo que a fundação do União Familiar se deu em algum mês do início do ano de 1896. Aliás, pelas palavras de *O Combatente*, não temos mais dados sobre os objetivos daquela organização, muito menos quem foram os seus idealizadores e sua diretoria, informações que foram tratadas de forma diferenciada pela Imprensa Negra⁴, ao longo do tempo, como veremos.

Entretanto, fiquemos, por ora, com alguns apontamentos que a nota de *O Combatente* nos permitiu fazer, sendo a fonte mais remota acerca da fundação do Clube. Primeiramente, tratava-se de uma “sociedade de baile”, o que nos provoca a pensar sobre o importante caráter recreativo daquela instituição em sua fundação, tendo como um dos elementos essenciais, na base de sua constituição, o baile e/ou assumindo-o enquanto uma das principais promoções daquela Sociedade. Em segundo lugar, fundada por “homens de cor”, informação que indicava a hegemonia masculina na direção formal daquela Sociedade e que, também, reiterava tratar-se não apenas “de homens”, mas, principalmente, “de cor”, isto é, sujeitos caracterizados e distintos naquela sociedade pela cor que possuíam, uma cor que era diferente da cor dos interlocutores de *O Combatente*, que, possivelmente, eram autocompreendidos apenas como “homens”, por serem brancos, ou, em outras palavras, não racializados.

Em nossos estudos (OLIVEIRA, 2016), procuramos acessar os significados em torno da ação destes sujeitos, isto é, o que está por trás da movimentação de homens negros, suas famílias e demais pessoas de suas relações, que compartilhavam a mesma cor ou eram racializados da mesma forma, ao criarem uma Sociedade em que podiam festejar entre os seus, na Santa Maria do fim do século XIX? Queríamos entender quem eram os ditos “homens de cor”, saber seus nomes e sobrenomes, onde moravam, o que faziam, como

² Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. *O Combatente*, 15 de março de 1896. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anno X, n. 12. Grifos nossos.

³ De acordo com Fabrício Nicoloso, o jornal *O Combatente* havia sido fundado no ano de 1886. Entre os criadores estavam os irmãos Cândido Brinckmann e Adolpho Otto Brinckmann. O autor conta que o veículo teve origem no Clube Caixeiral, até que, em 1889, Adolpho adquiriu direitos sobre o mesmo, que se tornou, então “órgão de imprensa partidária do PRR em Santa Maria”. (NICOLOSO, 2013, p. 118).

⁴ Sobre a Imprensa Negra de Santa Maria ver: Franciele Oliveira, Taiane Anhanha Lima e Guilherme Pedroso (2019).

teriam se aproximado e por quais motivos. O que os ligavam, o que os separavam e o que pensavam? Homens estes que, também, não eram solitários, que construíram laços e relações, que andavam acompanhados de seus ancestrais, que tinham mães, avós, irmãs e esposas, mulheres negras que, também, participavam, ativamente, da composição social daquela organização.

Além do mais, outras questões passaram a compor o nosso repertório na busca pela compreensão do que foi a Sociedade União Familiar, entre elas estavam às motivações para a criação do Clube naquele contexto, sua constituição territorial e as práticas promovidas pela organização⁵, a exemplo do que vinha fazendo importantes estudos dedicados ao associativismo negro no Rio Grande do Sul, sobretudo, ligados à história social do trabalho e ao campo de estudos do pós-Abolição (LONER, 1999; 2010; LONER; GILL, 2009; ESCOBAR, 2010; SILVA, 2011).

Para tentar atender a estas inquietações, foi preciso revisitar arquivos e acessar fontes diversas⁶. Nossos primeiros passos foram em torno do local onde foi edificada a sede do Familiar⁷, situada na Rua Barão do Triunfo, número 855, no atual Bairro Bonfim, onde ainda moram antigos frequentadores do clube, pessoas que tiveram suas famílias atreladas à diretoria e à promoção de suas atividades e que estavam dispostas a reconstituírem suas experiências, a partir de suas memórias narradas em entrevistas semiestruturadas, realizadas e gravadas entre os anos de 2013 e 2014, tendo como base a metodologia da história oral (AMADO; FERREIRA, 2006; ALBERTI, 2006; RIOS; MATTOS, 2005). Foi o caso de *Nelly Silva* (1927-2017), entrevistada aos 87 anos, filha de Antônio da Silva, militar e de Marcelina Gonçalves da Silva, doméstica e lavadeira⁸; de *Eloá Oliveira Bueno* (1928-2018), entrevistada aos 86 anos, filha de Gonçalo Bueno, trabalhador da estação de trens e Fausta Oliveira

⁵ Destas questões, originou-se o trabalho de conclusão de graduação orientado pelos professores Diorge Alceno Konrad e Beatriz Ana Loner, que deu origem ao livro *"Moreno rei dos astros a brilhar, querida União Familiar": trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição*, premiado pela Lei do Livro, da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, publicado em 2016.

⁶ Entre os locais de pesquisa frequentados encontram-se: a Biblioteca Pública Municipal de Santa Maria, a Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMEC), o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MCHJC), o acervo do Museu Treze de Maio (AMTM), o Cartório de Registros Especiais de Santa Maria, além do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) e Acervo da Cultura Afro Brasileira (ACAB).

⁷ O Clube União Familiar é, popularmente, referenciado na cidade como "Familiar" ou "União".

⁸ Antônio Silva e Marcelina Gonçalves, pais de Nelly Silva, casaram em 1924. Antônio nasceu em Porto Alegre, em 23 de março de 1884, filho de Antônio Carvalho da Silva e Maria Joaquina da Silva. Era viúvo de Vicentina da Silva, falecida em 30 de abril de 1923. Marcelina era natural de Caçapava do Sul, nasceu em 11 de junho de 1902, filha de Candido Gonçalves e Rosa de Lima Gonçalves. Fonte: APERS. Habilitação de casamento de Antônio da Silva e Marcelina Gonçalves de Bem. Santa Maria, 1924.

Bueno, doméstica⁹; de *Marcos Aurélio Marques*, nascido em 1943 e entrevistado aos 71 anos, filho de Francisco de Assis Elias Marques, músico do Exército e de Cecília Martins Marques, doméstica¹⁰; de *Maria Rita Py Dutra*, nascida em 1948 e entrevistada aos 65 anos, filha de Albertino Py, mensageiro na estação de trens, e Lucília de Lima Py, lavadeira¹¹ e de *Alcione Flores do Amaral*, nascida em 1953 e entrevistada aos 61 anos, filha de Agenor Alves do Amaral, militar e Zilda Flores do Amaral, bordadeira.

Das memórias elaboradas e narradas pelos entrevistados e entrevistadas foi possível estabelecer uma série de conexões para entendermos suas experiências e a de seus ancestrais no passado/presente, abrindo novas possibilidades para a pesquisa sobre o Clube União Familiar, além de confirmar outros dados que, a princípio, eram incertos. Os relatos foram desencadeando uma série de possibilidades e interações, a ponto de ser chaves na construção hipotética daquilo que passamos chamar de *rede negra* (OLIVEIRA, 2016) em torno da Sociedade União Familiar, envolvendo a *Vila Operária Brasil*, criada desde 1910, território onde a sede do clube foi construída, por volta de 1917; o jornal negro *O Succo* e o bloco carnavalesco *Rancho Succo*, sendo que estas duas últimas organizações partiram do próprio clube, a partir dos anos 1920.

⁹ Gonçalo Bueno e Fausta Oliveira, pais de Eloá Bueno, casaram em 1916. À época, ele era pintor, tinha 22 anos, filho de Gregorio Bueno e Rosa Bueno, naturais de Júlio de Castilhos. Fausta tinha 19 anos, de profissão “labores domésticos”, era filha de Maria Luiza de Oliveira. Fonte: APERS. Habilitação de casamento de Gonçalo Bueno e Fausta de Oliveira. Santa Maria, 1916.

¹⁰ Cecília Martins e Francisco Marques, pais de Marcos Marques, casaram em 1926. Ele nasceu em Jaguarão, em 4 de outubro de 1900, filho de Alfredo Elias Marques e Maria Eugénia Marques. Cecília era de “labores domésticos”, nasceu em São Gabriel, em 6 de junho de 1904, filha de Alfredo Martins e Tolentina Martins. Fonte: APERS. Habilitação de casamento de Francisco Assis Elias Marques e Cecília Martins. Santa Maria, 1926.

¹¹ Albertino Py foi antes casado com Doralice Rodrigues, em 1926. À época, possuía 22 anos, tendo nascido em Lavras, no dia 22 de setembro de 1903. Albertino era filho de Aurelio Py, residente em Alegrete e de Alzira Py, falecida em Lavras. Habilitação de casamento de Albertino Py e Doralice Rodrigues. Santa Maria, 1926.

Imagem 1 - Vila Operária Brasil. Extraída do Álbum de Santa Maria, editado em 1914.



Fonte: José Newton Cardoso Marchiori e Valter Noal Filho (1997, p.161).

Alcione, Nelly, Marcos, Maria Rita e Eloá guardavam outras fontes relativas ao clube, tais como as carteirinhas de associados, convites diversos e fotografias. Os documentos revelavam, para nossa surpresa, o dia 10 de maio de 1896 como a data de fundação da Sociedade União Familiar, ou seja, pelo menos dois meses posteriores à nota de fundação publicada pelo *O Combatente*.

O descompasso das datas nos fez considerar, que a origem do Clube, em um primeiro momento, poderia estar ligada a certo tipo de informalidade, ou seja, com a realização de reuniões para lazer, confraternizações e bailes da comunidade negra ligada à Sociedade sem ter uma sede fixada e/ou ainda, nas casas de associados e diretores, passando, então, a um segundo momento, em que o Clube organizou-se com aspectos mais formais, com devidos registros de fundação, organização burocrática e administrativa e sede social. Esta seria, portanto, uma forma de explicar o conflito encontrado nas datas de sua criação. De todo modo, optou-se por resgatar a leitura da população participante sobre os seus próprios espaços. Por isso, passamos utilizar a cronologia definida pelas fontes oficiais do Clube. Então, a fundação, oficialmente, deu-se em 10 de maio de 1896, data em que os salões do União Familiar passariam a fervilhar décadas a fio, com bailes, que lotavam o espaço e adentravam a madrugada, para o desgosto de alguns.

Nossa argumentação passa a fazer mais sentido, ao observarmos a realidade de outro Clube Social Negro da cidade, a Sociedade Treze de Maio, que, fundada sete anos depois do União Familiar, poderia estar repetindo uma espécie de fórmula de associação. O

fato é que, diferente do União Familiar, teve sua ata de fundação encontrada e arquivada pelo Museu Treze de Maio e por membros dos Movimentos Negros locais (ESCOBAR, 2010; GRIGIO, 2016). O documento, em suas primeiras páginas, conta que a fundação da Sociedade Treze de Maio se deu na casa do senhor Sisnande Antônio de Oliveira (GRIGIO, 2016), em 13 de maio de 1903, movimento organizado por 47 cidadãos que visavam comemorar a data, reportando-se ao fim da escravidão no Brasil, com a Lei Áurea. Desta forma, negros e negras santa-marienses, estavam assim, resignificando, externalizando e projetando as suas visões e concepções sobre a Abolição e o pós-Abolição, por meio da fundação de mais um Clube Social Negro.

Reclamações encontradas no jornal *O Combatente* ajudam-nos a perceber de que maneira locais como o Bairro Vila Rica (atual Bairro Nossa Senhora do Rosário), de histórica habitação negra, onde se encontrava a sede do Clube Treze de Maio e, anterior a esta, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, foram, também, epicentro de festividades nas casas de seus moradores, com direito à realização de reuniões dançantes e bailes, para a ira de muitos, que acionavam a polícia e se manifestavam às redações, publicando nas páginas dos jornais, textos na defesa de seus controles e términos¹². “Deviam ser acabados!”, disse o escritor de *O Combatente*, em 2 de fevereiro de 1896, um mês antes da nota de fundação do União Familiar ser publicada no mesmo veículo. O autor utilizava-se dos furtos sofridos por algumas pessoas, na tentativa de atacar a política de segurança pública, pela falta de contingente e aproveitava para defender a extinção dos bailes em bairros como o Vila Rica, que estariam desviando o foco dos policiais (OLIVEIRA, 2017)¹³.

Desta forma, no exercício de compreensão da realidade que envolvia o União Familiar, cuja documentação oficial de fundação não foi encontrada em 10 anos de pesquisa, tais como atas e estatutos de fundação, apelamos para aproximação a outras organizações negras da cidade, o que nos permitiu pensar, por exemplo, na possibilidade de uma formação informal inicial daquele Clube, por isso da ambiguidade de datas.

Nesta introdução, evidenciamos, portanto, o tensionamento sobre a forma como as elites tratavam negros e negras na cidade, o que perpassava pela restrição de acesso a locais, bem como o desconforto das elites para com os bailes e as formas de lazer e de moradia das comunidades negras no pós-Abolição. Também é notável que outras

¹² Da mesma forma que o Clube Treze de Maio e suas festas iniciaram na casa de Sisnande Antônio de Oliveira, no Bairro Vila Rica, Ênio Grigio (2016, p.182) encontra evidências de outras festas que aconteciam naquele território, despertando o incômodo de alguns, especialmente dos cronistas de *O Combatente*.

¹³Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. *O Combatente*, 2 de fevereiro de 1896. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anno X, n.7.

articulações negras eram constituídas, algumas das quais atravessaram o Clube União Familiar, indicando a heterogeneidade de propostas dentro das sociabilidades negras ou a constatação de uma complexa cultura negra na cidade, que perpassa, por projetos, territórios e gerações diversas, entre outros fatores.

Através da pesquisa sobre União Familiar e a rede negra em que estava imerso, passamos a compreender como a cidade foi palco de inúmeras experiências negras, de atuação de pessoas que foram escravizadas, que vivenciaram uma ampla cultura de resistência à escravidão e de lutas por liberdade e de busca por acesso a direitos e à cidadania no pós-Abolição. Não à toa, um recente mapeamento (GRIGIO et al., 2020) apontou a existência de pelo menos 30 organizações sociais negras em Santa Maria, em sua grande maioria, fundadas após a Abolição da escravatura, por sujeitos que criaram e frequentavam espaços similares, que conformaram laços de amizade e família e que, não necessariamente, rivalizavam (OLIVEIRA, 2017).

Trabalhamos com a hipótese de que a cidade de Santa Maria, especialmente no pós-Abolição, pode ter sido parte importante dos planos e projetos de liberdade de pessoas como o casal José Francisco do Nascimento (1859-1936) e Innocência Maria Joaquina (1873-1961) e outros tantos sujeitos ligados a organizações sociais negras tais como o clube União Familiar, cujas trajetórias foram acompanhadas (OLIVEIRA, 2016; 2017). Tais pessoas nasceram ou rumaram para a cidade e procuraram construir uma vida melhor para si e para seus iguais, dentro daquilo que compreendia enquanto uma vida livre, em tempos de liberdade jurídica, ainda que a esta liberdade fosse precária e a necessidade de lutas por direitos fosse mantida (LIMA, 2005; CHALHOUB, 2010; MAMIGONIAN, 2013).

Foi no interior destes projetos de vida, que podemos perceber a constituição de uma cidade também vivenciada e projetada por homens e mulheres negros e negras, que passaram a se estabelecer em bairros e vilas e a fundar organizações próprias, com essencial identidade racial, que buscavam a positivação de suas identidades, o apoio e socorro mútuo e a promoção de suas sociabilidades. Muitas das quais ergueram sedes próprias, em prédios que resistem às fissuras do tempo e ao apagamento de suas histórias até os dias de hoje. É dentro desta realidade que se inseriu o União Familiar e outras organizações que veremos nas próximas páginas, a partir de um perfil social de seus protagonistas.

Chauffeurs, ferroviários, domésticas, padeiros, militares... Afinal, quem eram os membros do União Familiar?

Há cerca de 240 quilômetros de Santa Maria, saía nas páginas do jornal *A Liberdade*, de Bagé/RS, uma nota sobre a Sociedade União Familiar, um dos importantes periódicos que formavam o que hoje compreendemos como Imprensa Negra Rio-grandense (SANTOS, 2011; OLIVEIRA; LIMA; PEDROSO, 2019). Articulados como eram os membros da Imprensa Negra, volta e meia seus protagonistas contavam, uns aos outros, o que andava acontecendo em suas cidades. Assim, no dia 29 de agosto de 1920, o periódico da imprensa negra bageense publicou a nominata da diretoria mais antiga do Clube União Familiar, que tivemos acesso até o momento. Era a notícia sobre a nova direção entre 1920 e 1921, anunciada com tons elogiosos ao Clube, que foi considerado como útil e bemquisto pelos articulistas de Bagé, que encerravam o texto desejando prosperidades, como abaixo transcrevemos.

S. União Familiar – Foi eleita e empossada a 5 do corrente, em Santa Maria, a nova directoria que regea os destinos da util e bemquista Sociedade União Familiar, de 1920 a 1921. A actual directoria, segundo a attenciosa communicado que nos fizeram, ficou assim constituída: Presidente, Antonio Candido Thomaz; vice-presidente, Victalino Alves; Thesoureiro, Alarico Nicomede Rodrigues; secretario, João Pedro Flores; 1º fiscal, Antonio Leopoldino; 2º secretario, Laudelino Feliciano; orador, José da Silva Pereira; procurador, Raphael Brusque; directores: Bernardino Pereira, João Rodrigues dos Santos, Dinarte dos Santos. Agradecendo a communicação, desejamos prosperidades á directoria recém eleita¹⁴.

Esta nota traz consigo os nomes mais antigos ligados ao Clube União Familiar, por onde podemos acessar outras gerações ao tentar encontrar seus ancestrais. Assim, assumimos uma linha de investigação a partir dos nomes, que pareceu bastante apropriada, se partimos do princípio que tais espaços eram familiares, como o próprio nome do Clube evocava. Desta forma, na melhor das hipóteses, tendo tais nomes como fios condutores, como propõe a micro-história e o método onomástico (GINZBURG; PONI, 1989), podemos chegar o mais próximo possível da geração de fundadores do Clube União Familiar.

Com estes nomes, várias consultas foram feitas aos documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), resultando no acesso às habilitações de

¹⁴ *A Liberdade*, 29 de agosto de 1920. Bagé, Rio Grande do Sul. Anno II, n. 50. Acervo da Cultura Afro Brasileira. A notícia foi encontrada pelo historiador Tiago Silva, que nos cedeu cópia do documento. Recentemente, a historiadora Taiane Anhanha Lima localizou notícia sobre a posse desta mesma diretoria no periódico santamariense *Correio da Serra*. Diferente, da imprensa negra, a nota não apresentava saudações e elogios, apenas publicizava o ocorrido, a pedido da própria instituição que se fazia notada. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. *Correio da Serra*, 14 de agosto de 1920. Santa Maria.

casamentos¹⁵, fontes que foram cruzadas a outras do nosso banco de dados das pesquisas em torno do União Familiar e de outras organizações negras, de modo a apresentarmos neste artigo, informações inéditas acerca destes membros do Clube e de suas famílias, trabalhadores negros e negras, que constituíram o operariado urbano local, engajados em articulações diversas. Convidamos os leitores a conhecê-los.

Antônio Candido Thomaz, *mechanico*, *chauffeur* e presidente do Clube União Familiar

Em junho de 1919, Antônio Candido Thomaz se apresentou ao lado de Benta Sylvestre dos Santos para, como mandava as leis da época, habilitarem-se ao casamento civil, junto ao Juízo de Casamentos de Santa Maria da Boca do Monte¹⁶. Através de seu processo de habilitação de casamento ficamos sabendo que Antônio nascera no 3º distrito do município, em 22 de fevereiro de 1893, sendo filho legítimo de Francisco Antônio Thomaz, falecido na cidade de Pinheiro Machado/RS e de Carolina Maria Thomaz, nascida no 3º distrito, no ano de 1874, então residente na sede. Na época do casamento, o noivo declarou-se de profissão *mechanico*. A noiva Benta Sylvestre dos Santos era natural de Alegrete/RS, tendo nascido em 25 de setembro de 1896, filha legítima de Manoel Sylvestre e Joaquina Maria dos Santos, ambos de Alegrete. Benta, como a maioria das mulheres da época, fora designada como de profissão labores domésticos.

Entre os documentos do processo, também, encontram-se atestados das mães dos noivos, Carolina Maria Thomaz e Joaquina Maria dos Santos, que confirmam seus casamentos, residências e a data de nascimento de seus filhos. Nesta declaração, ficamos sabendo que a mãe de Benta “achava-se” separada de Manoel Sylvestre, residindo em Santa Maria e, diferente dos demais, não sabia escrever, tendo sua assinatura a rogo, por Oswaldo R. Cruzeiro e João Pedro Flores, sendo o último, também membro da Sociedade União Familiar e avô de uma de nossas entrevistadas, como demonstraremos. Uma vez habilitados ao casamento, Antônio Candido e Benta casaram às 18 horas, no dia 5 de junho de 1919¹⁷.

Pelo menos cinco anos depois de seu casamento, encontramos Antônio Candido

¹⁵ Os processos de habilitação de casamento analisados foram produzidos pelo Cartório de Registro Civil de Santa Maria, no período de 1890 a 1942 e são parte do acervo do APERS, localizado em Porto Alegre. Estão organizados em 130 caixas que reúnem estes processos em ordem alfabética do sobrenome dos noivos. Todas as caixas encontram-se, também, disponíveis para consulta *online* através da Plataforma *Family Search*.

¹⁶ APERS. Habilitação de casamento de Antônio Candido Thomaz e Benta Sylvestre dos Santos. Santa Maria, 1919.

¹⁷ O processo contou com a assinatura dos noivos, demonstrando que sabiam escrever.

junto aos *chauffeurs*, boleiros e condutores de carroças da cidade¹⁸. Dispostos em forma de lista, uma série de trabalhadores passaram a ser matriculados para controle da Intendência Municipal, em livros com seus nomes, idades, estado civil e naturalidade, no qual se indicava, também, a designação dos veículos e carroças, seus números e os proprietários, além de registrarem observações, quando necessárias, e, para nossa alegria, as fotos destes condutores.

Através das fotografias destes trabalhadores, foi possível, por exemplo, perceber significativa presença negra entre estes¹⁹. Segundo Ênio Grigio (2016, p.218), os registros começaram a ser feitos em 1924. Entre estes nomes, encontramos Antônio Candido Thomaz, registrado como *Chauffeur* no número 85, com 30 anos de idade, sendo ele casado, brasileiro, condutor de um auto praça, de número 3, do qual era proprietário o senhor Jose Riche, indicando uma provável relação de trabalho com este. Para nossa felicidade, Antônio tinha foto e assim podemos conhecer o rosto de um dos mais antigos presidentes do Clube União Familiar.

Imagem 2 - Foto de Antônio Candido Thomaz.



Fonte: AHMSM. Fundo Intendência Municipal. Caixa 82, Tomo 495; Caixa 83, Tomo 499.

¹⁸ Livro de Matrículas de Boleiros, *Chauffeurs* e Carroceiros. Fundo Intendência Municipal. Caixa 82, Tomo 495; Caixa 83, Tomo 499. AHMSM. A fonte foi encontrada por Ênio Grigio, que nos cedeu cópia. Ver: Ênio Grigio (2016) e Franciele Oliveira (2017).

¹⁹ Tema que vem sendo estudado com profundidade pelo historiador Luiz Fernando Rodrigues (2021).

Alarico Nicomedes Rodrigues, militar e tesoureiro do União Familiar

Três anos depois do presidente, foi a vez do tesoureiro, Alarico Nicomedes Rodrigues, repetir o procedimento e dirigir-se aos órgãos competentes, junto de sua noiva, Maria Conceição Oliveira para habilitarem-se ao casamento²⁰. Assim, em 1922, Alarico disse ser militar, estar com 22 anos e ser natural de São Borja/RS, nascido em 15 de setembro de 1900, filho natural de Maria *Eugenia* Rodrigues, natural do estado e residente na cidade. A noiva Maria foi designada como doméstica e tinha 18 anos, nascida em Santa Maria, em 8 de dezembro de 1904, filha legítima de Marcílio de Oliveira, 44 anos e Berilda de Oliveira, 38 anos, ambos naturais do estado e residentes em Santa Maria²¹.

O termo de declaração de idade para casamento dizia que, em 10 de julho de 1922, Maria *Augusta* Rodrigues compareceu no cartório, declarando que Alarico era seu filho natural, confirmando a data de nascimento do mesmo. Contudo, diferente do filho e nora, Maria foi declarada analfabeta e teve sua assinatura a rogo, através das testemunhas Paulo Abelin, Lília Mothei e Dalila Mothei, apresentadas por ela como “minhas conhecidas”.

O processo também apresenta documento com a transcrição da certidão de nascimento de Maria Conceição Oliveira. Assim, ficamos conhecendo detalhes do nascimento da noiva e seu registro, em especial os nomes completos de seus pais Marcílio de Oliveira e Berilda Mendonça de Oliveira, as profissões dos mesmos, pintor e empregada de serviços domésticos e os nomes das avós paterna e materna, Cecília e Nazária Borges.

Os pais da noiva também realizaram termo de declaração de idade e consentimento para o casamento. No documento, o casal, junto das testemunhas, declarava que “Conceição Oliveira” era filha legítima, confirmava a data de nascimento e consentiam casamento. Berilda, por ser analfabeta, também teve assinatura a rogo por Paulo Abelin, Lília Mothei e Dalila Mothei. Entre os abaixo assinados, que declararam conhecer os contraentes, reafirmando o nome de seus respectivos pais, estado civil, naturalidade e residência dos noivos, não havendo impedimentos para o casamento, estavam Godolphim Cunha e Laudelino Mathias Cunha.

O documento encerra com os noivos achando-se habilitados ao matrimônio, de modo que os mesmos desejaram casar-se às 18 horas, do dia 23 de setembro de 1922, na residência de Maria Conceição, situada na Rua Visconde de Pelotas, número 131.

Estudos recentes, acerca das famílias constituídas pelos nascidos de *Ventre Livre*

²⁰ APERS. Habilitação de casamento de Alarico Nicomedes Rodrigues e Maria Conceição Oliveira. Santa Maria, 1922.

²¹ Alarico e Maria assinaram o documento. Contudo, Maria assinou seu nome como “Conceição Oliveira”.

em Santa Maria, levam-nos a crer que Nazaria Borges, avó de Maria Conceição e, portanto, mãe de Berilda Oliveira foi escravizada por Feliciano Gonçalves Borges²², conquistando sua liberdade antes do nascimento de Berilda, por volta de 1884. Berilda possuía uma irmã, de nome Davina, nascida em 2 de novembro de 1879 e, portanto, liberta pela Lei de 28 de setembro de 1871.

João Pedro Flores, militar e secretário do União Familiar

Em maio de 1933, João Pedro Flores, viúvo, há cerca de quatro anos, de Octacilia Flores, casou-se novamente²³. É o que nos conta o processo de habilitação de casamento que abriu, naquele ano, ao lado de Lina Alves Ferreira. João era residente em Santa Maria e tinha 37 anos. Na ocasião, alegou que sabia escrever, era natural de Itaqui/RS, nascido em 3 de setembro de 1897, filho de Bento Macedo e Maria Joaquina Flores, ambos já falecidos, respectivamente, em Itaqui, em 1929, e Nonoai, em 1920. Como profissão, era militar e ocupava o posto de 2º Tenente do Exército.

Lina era solteira, tinha 23 anos e havia nascido em 13 de setembro de 1909, no 5º distrito de São Gabriel/RS. Designada como “de labores domésticos”, também, era residente em Santa Maria, filha legítima de Victor Ferreira e Andreza Alves Ferreira, nascida em 1873, natural do estado e residente no 5º distrito de São Gabriel. A noiva era órfã de pai, que havia falecido em data ignorada, conforme o processo²⁴.

De acordo com documento de Registro Civil de Nascimentos e Óbitos anexado ao casamento, João Pedro havia nascido, na verdade, em 3 de setembro de 1895, às 2 horas, em Itaqui. O noivo foi designado como sendo de “cor parda”, filho legítimo de Bento Macedo e Maria Joaquina Flores e teve o nome dos avós ignorados. Diferente de João, Lina teve anexado aos documentos uma “certidão de idade”. Na mesma, afirmava-se que era filha legítima de Victor Alves Ferreira, falecido e de Andreza Alves Ferreira, tendo nascido às 3 horas, do dia 13 de setembro de 1909. Os avós paternos de Lina eram Daniel Ferreira e Lina Alves Ferreira, já falecidos, enquanto que os nomes dos avós maternos foram dados como desconhecidos no documento²⁵.

²² Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Santa Maria. Livro de Batismo - Filhos de Mulher Escrava (1871-1887), p.55. Fonte fotografada por Ênio Grigio.

²³ APERS. Habilitação de casamento de João Pedro Flores e Lina Alves Ferreira. Santa Maria, 1933.

²⁴ Da mesma forma que João Pedro, Lina sabia escrever, assinando o seu nome na referida documentação.

²⁵ As testemunhas na certidão foram Adolpho Chiappetta e Aldo A. V. Oliveira. Sebastião Pereira da Silva e Manoel de Campos Soares foram testemunhas do casamento e declararam conhecer o casal e afirmarem inexistência de impedimentos para o casamento.

O processo encerrou com o desejo dos nubentes casarem em 2 de junho de 1933, às 20 horas, na residência situada na Rua Tuiuti, número 136.

Junto ao processo, foi encaminhada certidão de óbito (trecho transcrito abaixo) da primeira esposa de João Pedro. Desta forma, constava no livro de óbitos, número 13, às folhas 164, sob o número 155, o nome de Octacilia Flores, de modo que:

Aos vinte e nove dias do mez de março do anno de mil novecentos e vinte e nove, nesta cidade de Santa Maria, da Bocca do Monte, em meu cartorio compareceu Octaviano Mariano dos Santos, militar, residente nesta cidade, e exhibindo attestado medico do Doutor Francisco Mariano da Rocha em presença das testemunhas abaixo, declarou haver fallecido as quinze horas, de hontem, de TUBERCULOSE PULMONAR, em sua residencia á rua Visconde de Pelotas cento e trinta e seis, OCTACILIA FLORES, de vinte e sete annos, *preta*, de labores domésticos, natural deste estado, casada com João Pedro Flores, deixou um casal filhos menores e vae ser sepultada no cemiterio local [...]²⁶.

Assim, ficamos sabendo que Octacilia faleceu jovem, vitimada por tuberculose, tendo falecido em sua residência, deixando um casal de filhos menores. O endereço da falecida, designada como “preta”, nos leva perceber que o casal poderia ser vizinho de Alarico Nicomedes e Maria Conceição, que moravam na mesma rua, como vimos. Entre os menores, órfãos de Octacilia, estava Zilda Flores, que vem a ser mãe de Alcione Flores do Amaral, entrevistada em nossas pesquisas em 2014. Os pais de Alcione tornam-se importantes lideranças do Clube União Familiar, especialmente, a partir de 1940, chegando Agenor Alves do Amaral, seu pai, a ocupar a presidência do Clube, o que nos permite inferir sobre certa tradição familiar de participação no clube e em seus cargos diretivos, que teve origem em seu avô, João Pedro.

²⁶ APERS. Habilitação de casamento de João Pedro Flores e Lina Alves Ferreira. Santa Maria, 1933. Grifos nossos.

Imagem 3 – Zilda Flores do Amaral, filha de João Pedro Flores, em baile no Clube União Familiar, 1948.



Fonte: Acervo particular de Alcione Flores do Amaral.

Acreditamos que Lina Alves Ferreira, segunda esposa de João Pedro Flores, tenha ancestralidade em outra mulher de nome Lina, que fora escravizada por Antônio Alves Ferreira Filho. De acordo com o catálogo de cartas de liberdade, produzido pelo APERS, foi possível chegar à carta de alforria da escravizada Lina, designada como “parda”, liberta aos 25 anos, mediante o pagamento de oitocentos mil réis (800\$000) ao senhor e “em atenção aos serviços que me tem prestado”, nas palavras dele, que assinou a manumissão, concedida em 8 de setembro de 1881 e registrada em 13 de setembro daquele ano, no livro notarial de transmissões e notas, de número 18, do fundo tabelionato do município de São Borja²⁷. Cogitamos a possibilidade da ex-escravizada Lina, tratar-se da mãe de Victor Alves Ferreira, pai de Lina Alves Ferreira, que se estabeleceu em Santa Maria ao lado de João Pedro Flores. Assim, como não era incomum, seu nome carregava a referência de sua avó paterna, ancestral que resistiu à escravização e protagonizou a luta pela liberdade.

Laudelino Feliciano, ferroviário e 2º secretário do Clube União Familiar

Em Santa Maria, no ano de 1921, Laudelino Feliciano se apresentou ao lado de Paula Fortes para o casamento. No processo de habilitação, Laudelino foi descrito como

²⁷ Fundo Tabelionato do Município de São Borja. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Carta de liberdade. Escravizada Lina, Sr. Antônio Alves Ferreira Filho. Livro 18 – 1881 a 1883. São Borja, 08 de setembro de 1881. APERS.

empregado da Viação Férrea, estando com 37 anos²⁸. O noivo, assim como João Pedro Flores, era natural de Itaqui/RS, nascido em 24 de setembro de 1884, filho natural de Maxima Feliciano, natural do estado, com idade ignorada pelo processo e residente em Itaqui. Paula Fortes, designada como doméstica, tinha 28 anos e, também, era natural de Itaqui, tendo nascido em 29 de junho de 1893, filha natural de Felicidade da Silveira Fortes, que era natural do estado, com idade ignorada no processo e residente em Itaqui. Tratava-se do único casamento analisado em que os noivos tinham origem na mesma cidade²⁹.

Vitalino Alves, vice-presidente do União Familiar, foi uma das testemunhas do casamento de Laudelino com Paula, ao lado de Armando Raymundo. Eles atestaram que conheciam o noivo a muitos anos, alegando serem da mesma cidade e terem relações com a mãe do noivo. Da mesma forma, Vitalino e Armando disseram que conheciam a noiva, utilizando, inclusive, os mesmos termos, por nascerem na mesma cidade e terem “relações estreitas” com a mãe, Felicidade Silveira Fortes. Na sequência, atestaram que os noivos não possuíam impedimentos para casarem.

O processo foi encerrado com os noivos achando-se habilitados para casarem e declarando que desejavam às 14 horas, do dia 4 de junho de 1921, no próprio Fórum da cidade.

Vitalino Alves, carpinteiro, carroceiro e vice-presidente do União Familiar

Também em 1921, o vice-presidente do União Familiar compareceu aos órgãos competentes, ao lado de Leopoldina Lima, para habilitar matrimônio. No casamento, Vitalino foi descrito como carpinteiro, com 28 anos, nascido em Bagé/RS, em 10 de dezembro de 1893, filho natural de Bernardina Britto, 59 anos, natural do estado e residente em Santa Maria³⁰. Leopoldina foi designada como doméstica, tendo 25 anos na época, nascida em Porto Alegre/RS, no dia 23 de abril de 1896, filha legítima de Francisco Dias, 59 anos, e de Josephina Lima, 53 anos, naturais do estado e residentes na capital. Diferente do noivo, Leopoldina, por não saber ler e escrever teve assinatura a rogo, por João Lafayetti Pinto, Cezar Mezzadri e Ingracio José Cardozo.

O processo, assim como outros já abordados, contava com documento da mãe do noivo, Bernardina Britto, atestando a maternidade do mesmo, bem como a data de

²⁸ APERS. Habilitação de casamento de Laudelino Feliciano e Paula Fortes. Santa Maria, 1921.

²⁹ O registro leva a assinatura do casal, que sabia escrever.

³⁰ Vitalino afirmou que nasceu em de Bagé, contrariando a informação de que seria “filho do mesmo município do Itaqui”, no casamento de Laudelino. APERS. Habilitação de casamento de Vitalino Alves e Leopoldina Lima. Santa Maria, 1921.

nascimento do filho. A rogo de Bernardina, por ser analfabeta, assinaram Laudelino Mathias Cunha, Manoel Pereira e Theodoro Corrêa dos Santos, sujeitos que, também, testemunharam os matrimônios de Alarico Nicomedes, como vimos e de Dinarte dos Santos, como veremos.

Habilitados ao casamento, o registro findou com Vitalino e Leopoldina desejando casar em 26 de dezembro de 1921, às 14 horas e 30 minutos, no Fórum de Santa Maria³¹.

Aproximadamente um ano depois, encontramos no mesmo Livro de Matrículas de Boleiros, *Chauffeurs* e Carroceiros, em que estava registrado Antônio Candido Thomaz, o nome de Vitalino Alves, entre os carroceiros da cidade, sob o número 93, descrito como tendo 29 anos, sendo ele casado, brasileiro, condutor de uma carroça de duas rodas, da qual era o próprio proprietário, indicando certa independência em seu trabalho³².

Destacamos aqui, talvez uma das mais interessantes constatações desta pesquisa. Trata-se da comprovação de que os dois maiores cargos diretivos da gestão do Clube Social Negro União Familiar, nos anos de 1920 e 1921 eram ocupados por trabalhadores negros do setor dos transportes. Sendo o presidente Antônio Candido um *Chauffeur* e seu Vice, Vitalino, um carroceiro³³.

Bernardino Pereira, “competente enfermeiro”, *guarda-sport* e diretor do clube União Familiar

Ainda que não tenhamos encontrado a habilitação de casamento de Bernardino Pereira, seu nome foi, novamente, achado nas notas da imprensa negra estadual. É o que verificamos nas páginas de *O Exemplo*, de Porto Alegre³⁴, demonstrando que Bernardino era figura importante do “convívio social” na época, de maneira que seu aniversário foi reportado pelo veículo. A forma como se referiram a Bernardino foi elogiosa, indicando respeito pelo mesmo, enquanto profissional, ao lhe atribuírem a palavra “competente”, como podemos ver na nota publicada pela edição de 1 de junho de 1919.

CONVIVIO SOCIAL

Aniversários. Fizeram annos: a 20, a senhorinha Nancy de Oliveira e o sr. Bernardino Pereira, **competente enfermeiro do hospital de caridade de Santa Maria** e ahi residentes [...]³⁵.

³¹ A rogo da noiva assinaram João Lafayetti Pinto, Cezar Mezzadri e Manoel Leopoldino Menezes.

³² Ver também Luiz Fernando Rodrigues (2021).

³³ Sobre outros carroceiros negros e ex-escravizados ligados a organizações associativas negras em Santa Maria ver: Ênio Grigio (2016), Franciele Oliveira (2017) e Luiz Fernando Rodrigues (2021).

³⁴ Sobre o jornal *O Exemplo*, ver: Melina Kleinert Perussatto (2018).

³⁵ HDB. *O Exemplo*, 1 de junho de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n. 22, p. 2. Grifos nossos.

Em edição posterior, Bernardino reaparece nas páginas de *O Exemplo*, tendo seu trabalho no União Familiar evidenciado, junto de João Rodrigues dos Santos e João Candido Soares, por dirigirem um baile realizado “nos vastos salões” daquele Clube, em 23 de junho de 1919, que movimentou a comunidade na época. Na mesma edição, Bernardino tem outro dado pessoal divulgado: seu “contracto” de casamento com Morena Ferreira.

INTERIOR.

Santa Maria, 17 de junho de 1919 – Senhor Redactor – **A 23 do corrente, deverá realizar-se em os vastos salões da S. União Familiar, sumptuoso baile sobre a direção dos srs. João R. dos Santos, Bernardino Pereira e João Candido Soares.** Notoria é desde já a animação que reina em o nosso meio social, principalmente em o sexo gentil, para a promettedora soirée.

- **Com a senhorinha Morena Ferreira, contractou casamento o sr. Bernardino Pereira**, assim como a 28 do andante, effectuarr-se-ha o consorcio da senhorinha Maria José Martins com o sr. Pedro da Silva Maia³⁶.

A referida nota nos permite perceber a participação de Bernardino e João Rodrigues Santos anterior ao anúncio de seus nomes na diretoria do Clube União Familiar para os anos de 1920 e 1921. Suas iniciativas são reconhecidas e elogiadas na imprensa, o que, talvez, pudesse ter colaborado, justamente, para que, futuramente, estivessem envolvidos nos cargos. De qualquer modo, não descartamos a possibilidade de já fazerem parte de direções anteriores e terem sido, reeleitos ou renomeados.

Outras notas, naquele mesmo jornal, ajudaram-nos a ver Bernardino e outros, enquanto sujeitos que estavam articulados, também, em várias sociedades e organizações negras, o que, na verdade, parece ter sido muito comum. É evidente a diversidade associativa das comunidades negras locais que, especialmente, no pós-Abolição recriaram e fundam organizações negras diversas, que funcionaram concomitantemente, inclusive vinculadas aos clubes sociais negros da cidade, compartilhando muitos de seus diretores e participantes, e/ou ainda conformaram uma espécie de desdobramentos destes clubes, como no caso de blocos e cordões carnavalescos oriundos destes (GRIGO et al., 2020).

Interessante pensar que a diversidade de organizações - que também eram contemporâneas – não indicava, necessariamente, que se anulassem ou se contradissem, ao passo que, também, possuíam elementos em comum, compartilhando atividades, membros, locais e programações, ligadas pela identidade racial e por processos de racialização e, de certa forma, reconhecendo realidades, trajetórias e histórias semelhantes, o que, talvez,

³⁶ HDB. *O Exemplo*, 29 de junho de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n. 26, p. 2.

fosse essencial, para se reconhecerem enquanto “coirmãs”, “colegas” e de mesmo “convívio social”. Por outro lado, também, não estavam imunes de dissidências, discordâncias, distinção de projetos, disputas e outras questões que merecem estudos aprofundados, como propõe Fernanda Oliveira da Silva (2017).

Foi nas páginas de *O Exemplo*, que encontramos menções a outras organizações negras como no caso do *Club Foot-Ball 7 de Setembro*, de caráter esportivo. A edição de 17 de setembro de 1916 apresentava sua nota de fundação, dizendo que havia sido fundado em um prédio da Rua José Bonifácio, por homens negros, muitos já conhecidos pela atuação em outros clubes, como é o caso do próprio Bernardino Pereira e de João Rodrigues dos Santos, respectivamente *guarda-sport* e presidente do 7 de Setembro, também membros do União Familiar³⁷. Na realidade, esta nota nos permite ver uma atuação mais antiga da dupla João e Bernardino, anterior as suas direções de festas no União Familiar, de onde podem ter acumulado a experiência diretiva antes de assumirem os cargos no Clube. Ficava evidente, portanto, a forte relação entre estes dois nomes, que compartilharam realidades associativas no período de pelo menos cinco anos³⁸.

Além do *Club Foot-Ball 7 de Setembro*, *O Exemplo* apresentou, em outra nota, a Sociedade 77777, onde Bernardino, também, esteve inserido³⁹. A primeira parte desta outra nota tratava de uma festa promovida pela 77777, em 27 de maio de 1919, relatando a programação cumprida naquela noite, que iniciou com uma espécie de abertura, com a leitura de atas, além de contar com a homenagem à sócia benemerita D. Eva de Moraes, responsável pela oferta de um novo estandarte àquela organização. Na sequência, foi descrita a sessão de posse de sua nova diretoria. O redator fez questão de positivar os acontecimentos daquela noite, destacando a organização do espaço e a forma com que foi conduzida a programação, em que Bernardino participou, fazendo a marcação das danças com uma *polonaise*, indicando que também tinha relação com a execução musical nas festas⁴⁰.

Naquela mesma edição, outro texto publicado apresentava a constituição da 77777⁴¹, que possuía caráter carnavalesco, agora intitulada S. Carnavalesca 77777. Realidade semelhante a diversas outras organizações verificadas na cidade, voltadas, principalmente,

³⁷ HDB. *O Exemplo*, 17 de setembro de 1916. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno I, n. 36, p. 2.

³⁸ Chama atenção o nome de Gonçalo Bueno entre os fundadores do *Club Foot-Ball 7 de Setembro*, pai da senhora Eloá Bueno, entrevistada por nossa pesquisa em 2014, cuja família frequentava o União Familiar e morava na antiga Vila Operária Brasil, em rua transversal ao Clube.

³⁹ HDB. *O Exemplo*, 1 de junho de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n. 22, p. 2.

⁴⁰ Chama atenção os indícios de uma direção mista naquela Sociedade, realizada pelo Sr. José Cezimbra e pela “senhorinha” Zeze Pessoa, sugerindo que tal entidade era composta por mulheres na diretoria e/ou que tivesse uma diretoria feminina.

⁴¹ HDB. *O Exemplo*, 1 de junho de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n. 22, p. 2.

para a organização do Carnaval, muitas das quais constituídas dentro dos Clubes Sociais. Contudo, não sabemos dizer se a 77777 estava vinculada a algum Clube Social Negro, ainda que, na diretoria da mesma, e, em sua festa de posse, identificamos nomes ligados ao 7 de Setembro, ao União Familiar, ao Treze de Maio e a Sociedade Esmeralda (GRIGIO et al, 2020).

Como o local da festa foi ocultado nos textos, a sede desta Sociedade segue sendo um mistério, no entanto, não descartamos, contudo, a possibilidade de ocuparem os salões de clubes já constituídos ou de suas atividades acontecerem nas casas de seus membros⁴². Posteriormente, foram criadas outras duas sociedades carnavalescas, frequentadas por nomes atrelados às sociedades mais antigas. É o caso dos sujeitos ligados a Sociedade Carnavalesca Rancho Succo, fundada por volta de 1923, que tinha ligação com jornal da imprensa negra *O Succo*, fundado por volta de 1921 (RIBEIRO, 1992; SANTOS, 2011; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA; LIMA; PEDROSO, 2019; GRIGIO et al., 2020) e com o Clube União Familiar, bem como no caso dos nomes vinculados a Sociedade Carnavalesca Recreio da Mocidade, fundada por volta de 1927 e, possivelmente, ligada ao clube Treze de Maio (OLIVEIRA, 2017; GRIGIO, 2016).

Imagem 4 – Foto da Sociedade Carnavalesca Rancho Succo. Foto sem data.



Fonte: Acervo particular de Alcione Flores do Amaral.

⁴² Há indicações de que a 77777 existisse desde 1918. HDB. *O Exemplo*, 24 de agosto de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n. 34, p. 2.

Dinarte dos Santos, ferroviário e diretor do União Familiar

Em 1921, Dinarte dos Santos se apresentou ao casamento, ao lado de Gregoria Rodrigues⁴³. Dinarte possuía 30 anos, era natural de Santo Amaro/RS, nascido em 12 de novembro de 1891, filho legítimo de Ezequiel dos Santos, 44 anos e Felisberta dos Santos, 48 anos, naturais do estado e residentes em Santo Amaro. Dinarte não só compartilhava o mesmo ano de casamento e a mesma diretoria de clube com Laudelino Feliciano, como, também, a mesma profissão, já que eram empregados da Viação Férrea. Gregoria era doméstica e estava com 18 anos na ocasião do matrimônio. Nascida em Santa Maria, em 12 de março de 1903, era filha legítima de Bernardo Pinto Rodrigues, 52 anos e de Marcelina Candida Rodrigues, 49 anos, ambos naturais do estado e residentes na mesma cidade⁴⁴.

O casamento de Dinarte com Gregoria contou com a participação de testemunhas já conhecidas nos casamentos de outros membros do União Familiar, como João Amâncio Mothei e Paulo Abelin. Ambos atestaram que o casal não possuía impedimentos, confirmando suas origens maternas e paternas, seus estados civis e residências.

No processo, constava o atestado dos pais de Dinarte, Ezequiel dos Santos e Felisberta dos Santos, alegando serem pais do mesmo, residirem em Santo Amaro e atestando a data de nascimento do filho. A rogo do casal, por não saberem ler e escrever assinaram Rodolfo Lubel, Godolphim Cunha e Laudelino Mathias da Cunha, sujeitos, também, participantes nos processos de casamento de Alarico Nicomedes Rodrigues e Vitalino Alves.

Da mesma forma, os pais da noiva, Bernardo Pinto Rodrigues e Marcelina Candida Rodrigues declararam Gregoria como sua filha, confirmando informações acerca da família e da mesma e, principalmente, afirmando consentimento do casamento. Também declarados analfabetos, Bernardo e Marcelina tiveram o documento assinado a rogo, por Rodolfo Lubel, Godolphim Cunha e Theodoro Corrêa⁴⁵. O processo encerrou com os noivos habilitados ao matrimônio e manifestando desejo em casarem no dia 12 de julho de 1921, às 14 horas, no edifício do Fórum da cidade.

⁴³ APERS. Habilitação de casamento de Dinarte dos Santos e Gregoria Rodrigues. Santa Maria, 1921.

⁴⁴ Todo o processo conta com as assinaturas do casal, demonstrando que eram alfabetizados.

⁴⁵ Theodoro Corrêa também participou do casamento de Vitalino Alves.

Conclusões: um clube social negro a partir de seus dirigentes

A diretoria mais antiga do Clube União Familiar que tivemos acesso corresponde ao grupo que assumiu aquele clube, quando o mesmo já contava com 24 anos de existência. O que, por outro lado, não nos impediu de imaginar participações anteriores das mesmas pessoas e de seus ancestrais naquela instituição. Antônio Candido, Alarico, João Pedro, Laudelino, Dinarte, Vitalino, Bernardino e demais assumiram aquela direção no momento posterior ao clube ter conquistado sua sede social, criada no ano de 1917 e fizeram parte de um período de reorganização do Clube, como bem apontou o jornal *O Exemplo*, ao trazer informações de Santa Maria, de 13 de agosto de 1918. Nas palavras do correspondente: “[...] - A S. União Familiar, testeará também a 17, o primeiro aniversário da inauguração de sua sede e da reorganização da Sociedade”⁴⁶.

Com sede já inaugurada e festejada, e com o clube reorganizado, assumiram, portanto, para os anos 1920 e 1921, o grupo observado neste artigo, que tinha como principais lideranças, dois operários: o presidente Antônio Candido, mecânico e *chauffeur* e o vice-presidente Vitalino, carpinteiro e carroceiro.

O perfil desta diretoria evidencia a diversidade de trabalhadores no clube União Familiar. Ainda que ferroviários e militares tenham grande representação no grupo dirigente, representados por Laudelino, Dinarte, Alarico e João Pedro, o clube nunca assumiu caráter de classe em seu título, como se verifica, por exemplo, no caso do Clube Treze de Maio, que, posteriormente, passou a se identificar como Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio. É, por outro lado, também comprovada a participação massiva de trabalhadores vinculados ao setor dos transportes, bem como de padeiros no Clube União Familiar, não à toa, atividade exercida pelos presidentes.

Realidade esta que não deixa dúvidas ao lermos o Processo Crime nº 136, de 1926⁴⁷ (OLIVEIRA, 2017), quando, na madrugada de 9 de maio daquele ano, acontecia no clube uma festa promovida pelos padeiros da padaria Holtermann. No desenrolar da noite, uma briga, que iniciou na copa, acabou se estendendo para fora das dependências, levando a óbito o pedreiro Tertuliano Silva, assassinado pelo alfaiate Pedro Antônio da Silva, autor dos disparos feitos com arma de fogo. As informações sobre os participantes do festejo, transformados pelos fatos e pelo processo em testemunhas, vítima e réu, indicam a participação de vários trabalhadores negros no clube, tais como os padeiros, *Chauffeurs* e

⁴⁶ HDB. *O Exemplo*, 24 de agosto de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno IV, n. 34, p. 2.

⁴⁷ APERS. Processo Nº 136 M66 E114. 1926. Juízo Districtal da Sede. 2ª Escrivania do Crime. Santa Maria da Boca do Monte. Rio Grande do Sul. Homicídio. A Justiça contra o réu Pedro Antonio da Silva. Ver: Oliveira (2017).

carroceiros da cidade, como os familiares da vítima e José Pereira, membro da diretoria de 1920, que estava no clube durante o caso de 1926 e foi, indiretamente, um dos pivôs do conflito⁴⁸.

É interessante destacar que, ainda havendo um perfil semelhante entre os frequentadores dos clubes sociais negros, notando características que os permitissem se unir em um projeto associativo, é preciso reconhecer que os mesmos não estavam isentos de conflitos internos, isto é, dentro da própria classe e raça⁴⁹.

Voltando ao perfil da diretoria de 1920, a média de idade entre os membros, que pudemos ter acesso através das fontes, isto é, seis dos onze nomes que compunham tal diretoria, era de 26 anos de idade⁵⁰, de modo que a liderança mais velha do grupo era o secretário Laudelino, nascido em 1884 e, na época, fazia 36 anos. Na sequência, estava o diretor Dinarte, que fazia 29 anos, nascido em 1891. Entre os membros mais novos estava Alarico, com 19 anos (e fazia 20 anos naquele ano), nascido em 1900.

No momento de posse da diretoria avaliada, dos sete dirigentes que conseguimos informações sobre o casamento, apenas o presidente, Antônio e o diretor, Bernardino eram casados⁵¹. Os demais casaram no segundo ano de mandato, sendo três casamentos feitos em 1921 e o restante em anos posteriores. Talvez, a participação no clube - e em outras organizações - tenha sido essencial para a construção desses laços, uma vez sendo tais espaços, também, pontos de encontros e, não a toa do nome, de uniões familiares.

Sobre as esposas dos dirigentes que tivemos acesso, mulheres, possivelmente, participantes do clube e construtoras deste, é esmagador o padrão profissional de designadas enquanto domésticas. Todas as noivas das habilitações de casamento foram associadas a "labores domésticos", da mesma forma que todas as mães, cujas profissões foram mencionadas. Por outro lado, destacamos que, nas entrevistas realizadas, inúmeras foram as

⁴⁸ No processo, José Pereira contou que foi presidente do Clube por dois anos, porém, encontrava-se apenas como sócio e arrendatário do *Buffet*. Trabalhava como carroceiro e era morador na Rua Conde de Porto Alegre, nº 186. Na ocasião, tinha 28 anos e era "agenciador" e "arrendatário da copa" do Clube. O Livro de Matrículas de Boleiros, *Chauffeurs* e Carroceiros mostra que José também era condutor de uma carroça de duas rodas, de sua propriedade e estava matriculado no número 99, sendo brasileiro e casado. Através de *A Liberdade* vemos a participação de José Pereira no *Sport Club Rio Branco*, outro clube negro de futebol da cidade. Acervo da Cultura Afro Brasileira. *A Liberdade*, 28 de novembro de 1920. Bagé, Rio Grande do Sul. Anno II, n. 70, p. 2.

⁴⁹ O processo indica uma briga na copa, entre Manoel Domingues e José Pereira e revela que o réu, Pedro Antônio da Silva, apesar de ser sócio do Clube, estava suspenso por três meses, por ter discordado de uma decisão tirada em Assembleia.

⁵⁰ José Pereira, que não entrou para a contagem dessa média, teria cerca de 22 anos, cálculo feito a partir da idade que mencionou no processo crime de 1926.

⁵¹ Não sabemos dizer a data do primeiro casamento de João Pedro Flores com Octacília, por isso entrou para nossa contagem, apenas o segundo casamento, em 1933, com Lina.

mulheres lembradas enquanto lavadeiras, costureiras, bordadeiras e doceiras, que, na memória dos frequentadores do clube e moradores da Vila Brasil, tiveram papel fundamental dentro da Sociedade, na sustentação de suas famílias, na criação de seus filhos e na vizinhança.

De seis membros daquela diretoria, que encontramos informações sobre os pais, três foram designados como filhos com a identificação de pai e mãe, sendo que a outra metade foi designada como filhos apenas de mãe identificada, como é o caso de Alarico, filho de Maria, Laudelino, filho de Maxima e Vitalino, filho de Bernardina, todos filhos “naturais”. Contudo, nossas pesquisas mais recentes vêm mostrando que, muitas vezes, a ausência paterna nas fontes pode indicar, na verdade, certa negação, por parte dos órgãos de registros formais e igrejas, dos laços estabelecidos e mantidos por essas pessoas. Ou seja, não indicam, necessariamente, que os pais não fizessem parte das famílias ou o desconhecimento sobre os mesmos, o que vem sendo verificado para com famílias negras, que vivenciaram a escravidão e tiveram, por diversos fatores, suas relações não reconhecidas nos registros. Não se descarta, por outro lado, também, a existência de relações não fixas ou estáveis, de famílias que, por diversos fatores, não permaneceram juntas, bem como o possível ocultamento, intencional, destas informações. De qualquer forma, isso fica muito mais explícito no caso dos registros sobre os avós dos noivos. Dos seis casamentos observados, nenhum noivo ou noiva teve registro do nome dos avós, indicando uma espécie de perda destas informações nos documentos, ignoradas pelos órgãos competentes.

Cabe destacar que trabalhamos com gerações que podemos chamar de frutos do pós-Abolição, tratando-se, em maioria, de nascidos posteriormente a Lei Áurea⁵². Sendo, por outro lado, possivelmente, filhos e netos de pessoas que foram escravizadas ou nascidas de *Ventre Livre*, muitas das quais também tiveram em seus registros o nome dos pais, avós e outras informações ocultadas. As noivas acessadas através das fontes, todas mais novas que seus noivos⁵³, pelo contrário, apresentavam famílias que indicaram o nome das mães e pais. A exceção é Paula Fortes, a noiva mais velha do grupo observado, nascida em 1893, que apresenta apenas o nome da mãe, Felicidade.

Também é interessante o fato de que todos os noivos e noivas observados sabiam ler e escrever, em nenhum momento apresentando assinatura a rogo, com exceção

⁵² Quase todos os noivos, membros da diretoria do União Familiar, que encontramos fontes, nasceram em tempos de liberdade jurídica. A exceção é Laudelino, membro mais velho do grupo. A maioria nasceu na última década do século XIX, com exceção de Alarico, nascido em 1900.

⁵³ Os casais com maior diferença de idade foram João Pedro e Lina, apresentando 14 anos de diferença e, na sequência, Dinarte e Gregoria, que tinham 12 anos de diferença de idade.

de Leopoldina, esposa de Vitalino. Realidade contrária ocorre no caso das gerações anteriores de suas famílias, compostas por seus pais e mães, que acessaram amplamente o recurso das assinaturas a rogo por analfabetismo.

O perfil dos diretores do Clube União Familiar também permitiu a constatação da migração como uma realidade largamente vivenciada no pós-Abolição rio-grandense, de modo que quase todos os diretores-noivos verificados através de seus casamentos eram naturais de outras cidades. Com exceção do presidente, nascido no 3º distrito de Santa Maria, todos os outros gestores vieram de São Borja, Itaqui, Santo Amaro e Bagé. As noivas, da mesma forma, apresentaram grande mobilidade, ainda que duas das seis tenham nascido em Santa Maria, as demais vieram de Alegrete, São Gabriel, Itaqui e Porto Alegre. A quantidade de pessoas não nascidas na cidade indica a importância da migração nas estratégias desenvolvidas por negros e negras no pós-Abolição e a importância da cidade na recepção destes que sonhavam com uma vida melhor para si. Os diversos motivos para a escolha daquele local vêm sendo tema de investigação em nossos estudos e merecem outras pesquisas.

Procuramos apresentar o Clube União Familiar através dos membros da diretoria de 1920, a mais remota que tivemos acesso, de modo que, através dela, pudéssemos mergulhar, cada vez mais profundo, nas experiências vivenciadas por homens e mulheres negros e negras no pós-Abolição. Aos poucos, vamos percebendo a importância da construção deste espaço, muito maior e mais complexo que a simples explicação dos redatores de *O Combatente*, ao percebê-lo, apenas, como uma Sociedade de baile, “de homens de cor”.

Pelo União passaram inúmeras pessoas, que formaram as mais diversas relações e articulações. Sujeitos que construíram laços e famílias, gente que teve origem em outros elos, de pessoas que foram escravizadas, muitas das quais se perderam no tempo ou foram ignoradas pelos registros. Homens e mulheres com trajetórias semelhantes, também frutos do pós-Abolição que, envoltos pela cidade, formam sua diversa classe trabalhadora. Pessoas que, pela cor que possuíam, pela forma como foram racializadas, pelas trajetórias em comum, em tempos de escravidão e de liberdade, atrelaram-se a organizações que contemplavam seus projetos, em geral, positivando suas experiências, na contramão dos pensamentos e práticas racistas e visando garantir melhores condições de vida.

Junto aos trilhos do trem, na Santa Maria da Boca do Monte, cultivaram-se os inúmeros sonhos e projetos de liberdade e acesso a direitos daqueles que ali nasceram, misturados aos sonhos daqueles que ali chegaram, anseios que foram mote para a criação de uma série de organizações, como o União Familiar, um Clube que sobreviveu até os anos

1990 e que, em oposição à invisibilidade e ao apagamento, segue vivo nas memórias da população negra santa-mariense.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.

GRIGIO, Ênio et al. **Organizações Negras de Santa Maria**: primeiras associações negras do século XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: Sob o domínio da precariedade: Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, jul.-dez, pp. 289-326, 2005.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária**: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A liberdade no Brasil oitocentista. **Afro-Ásia**, 48, pp. 395-405, 2013.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter (Orgs.). **Santa Maria**: relatos e impressões de viagens. Santa Maria: Editora UFSM, 1997.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria – RS**: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **“Moreno rei dos astros a brilhar, querida União Familiar”**: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de; LIMA, Taiane Anhanha; PEDROSO, Guilherme. A “fim de combater estultos preconceitos de raça” nasce a imprensa negra em Santa Maria, em 1919: levantamento dos jornais, a partir da campanha de preservação dos jornais da imprensa negra. **Anais... 9º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**. 2019, Florianópolis/SC.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

RIBEIRO, Nely. **Jornais gráficos RS 1827-1900**: o jornal em Santa Maria 1883-1992. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão**: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul, volume 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Carroceiros, boleiros e chauffeurs**: os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República (1889-1930). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**: trajetórias intelectuais na imprensa negra Meridional. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil-Uruguai no pós-Abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.